

MEMÓRIA E HISTÓRIA: Reflexões sobre a Lagoa do Mato em Paramirim-BA

MEMORY AND HISTORY: Reflections on Lagoa do Mato in Paramirim-BA

Roseli Ramos de OLIVEIRA¹

José Alves DIAS²

Resumo: O presente estudo pretende analisar a história de ex-moradores da Lagoa do Mato impactados pela desapropriação do território. A pesquisa tem abordagem qualitativa, nesse caso, a História Oral, coletadas através de entrevistas semiestruturadas; também, é de caráter documental e bibliográfico. Como resultado da pesquisa, conclui-se que a barragem do Zabumbão transformou o cotidiano de, aproximadamente, oito comunidades rurais e mais de 52 (cinquenta e duas) famílias. A desapropriação foi movida por imposições, violações e, conseqüentemente, mudança material e simbólica para a memória e a história daquelas pessoas. Constata-se que a referida comunidade foi destituída do seu território e, quando insistiu, sofreu ameaças e coerções; houve conseqüências negativas nas indenizações e prejuízos econômicos.

Palavras-chave: História, Memória, Classe trabalhadora, Desapropriação, Lagoa do Mato.

Abstract: This study aims to analyze the history of former residents of Lagoa do Mato who were impacted by the expropriation of their territory. The research adopts a qualitative approach, utilizing Oral History based on testimonies collected through semi-structured interviews, and includes both documentary and bibliographic analysis. The findings reveal that the construction of the Zabumbão dam transformed the daily lives of approximately eight rural communities and more than fifty-two families. The dispossession of these families was marked by impositions and violations, leading to significant material and symbolic changes in their memory and history. The community was deprived of the right to live in its territory and those who resisted faced threats and coercion, resulting in negative consequences regarding compensation and economic stability.

Keywords: History, Memory, Working Class, Expropriation, Lagoa do Mato.

Introdução

Em todo o mundo, a investida em projeto de barragem teve um impacto preponderante ao provocar alterações diversas no ambiente natural dos rios, modificando o modo de vida de comunidades ribeirinhas que usam dos recursos hídricos como uma forma de subsistência. É evidente que esse recurso natural sempre foi objeto de exploração e cobiça, pelo fato de alimentar aos interesses econômicos, tanto no

¹Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia (UESB). Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: roseramos41@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2833-9730>.

²Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UGRJ). E-mail: jose.dias@uesb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2236-9354>.

agronegócio como no setor elétrico, especialmente para a geração de energia, de mineração e de saneamento.

Destarte, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram em várias regiões do Brasil diversos tipos de conflitos em decorrência das ações nocivas de construção de barragens, desalojando milhares de pessoas que perderam suas casas, seus trabalhos, suas histórias de vida. Por isso, os movimentos sociais de resistência à instalação desses empreendimentos têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes que reúnem diversos agentes sociais em torno dessa problemática.

Como um procedimento recorrente, as barragens têm afetado, significativamente, essas comunidades, causando impactos na dinâmica de uma região, tanto pelos eventos decorrentes das migrações compulsórias como pela própria questão das transformações sociais resultantes das áreas inundadas. Essas alterações foram vivenciadas pela comunidade da Lagoa do Mato com a construção da barragem do Zabumbão, edificada no município de Paramirim-BA.

O reservatório teve como órgão executor a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 1996, com o argumento de que a construção dessa barragem promoveria o desenvolvimento da agricultura irrigada, através da regularização do rio Paramirim (Codevasf, 1960). Esse fato mudou a vida da comunidade, de forma incalculável, em diversos aspectos, inclusive, as relações de trabalho, de moradia e de laços de convivência construídos durante uma vida.

Por tais questões, interessa tratar da história da Lagoa do Mato, utilizando os estudos do campo da memória social, na perspectiva de compreender dimensões que ainda permanecem vivas, na ordem material e simbólica, entre os grupos que vivenciaram a experiência de serem atingidos por barragens. Para esse fim, mobilizou-se a categoria “memória social”, tendo por base os autores Fentress e Wickham (1992) que apresentam a categoria como um fenômeno amplo no sentido de pensar nas relações em sociedade. É válido dizer que as compreensões sobre o tema da memória são diversas, contudo, os autores apontam como fundamentais para essa discussão a memória enquanto social. Por isso, será discutida a memória a partir da precisão e da concernência de um fenômeno, unicamente, do tecido social compartilhado com o grupo.

Nesse sentido, a teoria da memória em Halbwachs (1990) estabelece a dependência entre o fenômeno da memória e os grupos. Assim, “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.

E porque, na realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, p. 16). Nesse caso, é importante questionar quais são as características específicas sobre a noção de grupo que está diretamente relacionada aos fenômenos da memória. Com base na concepção halbwachiana, foi mobilizada a história de vida dos ex-moradores da Lagoa do Mato para compreensão de como ela se constitui e se associa a uma memória de comunidades tradicionais que ancoram à memória de grupos.

Ao buscar esclarecimento sobre o processo da construção da barragem do Zabumbão, na Lagoa do Mato, no município de Paramirim, é imprescindível levantar como questão central da pesquisa: Qual a história de vida dos moradores da Lagoa do Mato em relação à desapropriação e qual a relação material e simbólica desse território para a comunidade? Levantadas essas proposições, é pertinente analisar a história de vida de ex-moradores da Lagoa do Mato impactados pela desapropriação do território.

Este texto está organizado em quatro momentos, inicialmente com a introdução, na sequência, traça-se os aspectos metodológicos, bem como os procedimentos da coleta dos dados com observância ao rigor ético. Correspondente aos aspectos teóricos, aborda-se o planejamento de barragens com o enquadramento teórico que sustentaram a investigação, seguida das discussões e dos resultados obtidos das entrevistas. Por fim, nas considerações finais, busca-se estabelecer diálogos diante das questões sobre a história de vida de ex-moradores da Lagoa do Mato.

Traçando os aspectos metodológicos

Com base nos objetivos traçados para este estudo, adota-se uma pesquisa de abordagem qualitativa por entendimento de que ela pode revelar a importância das relações subjetivas ao relacionamento humano. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, julgados pertinente a esta pesquisa.

Metodologicamente, este estudo estabelece conexões com a História Oral que visa trazer à tona as memórias, através das narrativas sobre a história de vida da comunidade de Lagoa do Mato, retratadas na vivência pessoal ou de um grupo, contadas por ele próprio e estudadas dentro dos contextos social, econômico, político e histórico. De acordo com Alberti (2008, p. 155), a História Oral “[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”. O que define esse método é exatamente a realização de entrevistas e os

relatos de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

A História Oral mostra-se bastante fértil na tarefa de investigação da memória, especialmente, como é neste caso, da memória social como um método valioso para a construção do conhecimento sobre o passado, partindo das memórias individuais como via de acesso para a reconstituição das memórias dos grupos.

Nesse sentido, mobilizou-se teoricamente os estudos de memória elaborados por Halbwachs (1990) e Fentress e Wickham (1992), materializados a partir das relações sociais. À vista disso, a memória é socialmente construída, porque as narrativas orais são por natureza um mecanismo de recuperar as experiências vivenciadas também no coletivo. A dependência da memória marca característica da História Oral, por isso, esse é um processo que se constitui e se identifica nas histórias de vida (Fentress e Wickham 1992). Pensar nas relações sociais é entender que “[...] indivíduo que lembra é reflexo da sociedade em que vive [...] é na sociedade onde normalmente o homem adquire sua memória, é lá onde os evoca, os reconhece e os localiza” (Halbwachs, 2004, p. 8, tradução nossa). Seu empreendimento nesse campo de estudo é apresentado através da memória coletiva como um fenômeno construído na experiência do que é vivido e experimentado em grupo, ou ainda, pelo indivíduo que se localiza através dos quadros sociais da memória.

Para a construção do *corpus* documental desta pesquisa utilizou-se de laudos técnicos, atas, relatórios e reportagens, contendo as informações da construção da barragem do Zabumbão no tocante ao tema deslocamento e conflitos. A investigação documental foi realizada ainda em *sites* oficiais, como: ANA, MAB, CBHSF, Codevasf, entre outros.

Com relação ao *locus*, este estudo versa sobre a Lagoa do Mato, espaço destinado ao aglomerado das comunidades e que cobre uma área de quase 3 mil hectares cercada por montanhas, atravessada por ilhas ao longo do rio principal que abriga uma diversidade de espécies da fauna e da flora regionais. Nela, existe a contenção da Barragem do Zabumbão, construída em uma área que une o Morro da Estrela e a Serra do Cruzeiro, formando um reservatório com mais 8 km de extensão rio acima, onde existe maior concentração de famílias.

Com a aprovação e a liberação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia¹, para o trabalho de campo, seguiu-se os trâmites da pesquisa. O processo de identificação dos entrevistados deu-se com as iniciais do nome e o ano em que ocorreu a entrevista, primando, assim, pelo respeito e anonimato dos depoentes.

Em se tratando dos instrumentos de coleta de dados, aplicou-se a entrevista semiestruturada, no período de novembro de 2021 a junho de 2022. O critério referente à coleta das amostras é que os entrevistados fossem deslocados da comunidade da Lagoa do Mato. Pelo fato de a pesquisa encontrar-se em andamento, a amostragem para coleta dos dados foi composta por oito entrevistas, sendo, seis participantes deslocados, três mulheres e três homens; um integrante da Codevasf e um da EMATER-BA. Na época da concessão das entrevistas, as mulheres tinham 59; 70 e 77 anos, e os homens estavam com idade de 64 e 68 anos. As entrevistas com os participantes foram realizadas presencialmente com tempo em torno de 40 minutos, com, aproximadamente, 12 (doze) encontros, quantidade suficiente para se conhecer e entender a história da comunidade.

A constituição da rede de depoentes deu-se por meio do contato presencial. Nesse primeiro momento foram identificadas as pessoas que poderiam contribuir devido os critérios de inclusão da pesquisa. A definição das datas e dos momentos das entrevistas foi feita através das possibilidades dos depoentes. Com os participantes deslocados tentou-se priorizar que fosse realizada na Vila Nova, local para onde foram transferidos, por ser o lugar carregado de significados e que ancora uma memória, portanto, possibilita mobilizar a memória.

Já com o superintendente da Codevasf, a entrevista foi realizada por meio de vídeo chamada no *Google Meet*, por questões da logística do trabalho do entrevistado; e no caso do representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), a entrevista ocorreu, explicitamente, no local de trabalho. A coleta das entrevistas configurou-se por meio de gravações com o aparelho celular², dada a praticidade, e de gravador de voz, posteriormente, as conversas foram transcritas.

Com relação às análises, procedendo com a obtenção das narrativas colhidas por meio das entrevistas, seguida de processo de análise e interpretação dos dados, conforme classificação apresentada com base em Minayo (2001), a fase de análise na pesquisa social reúne três finalidades: (i) estabelecer uma compreensão dos dados coletados; (ii) confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas; e (iii) ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao processo teórico-metodológico nas interpretações das histórias de vida às quais foram transcritas, selecionadas, categorizadas, analisadas e discutidas. Ou seja, os materiais ainda receberão um tratamento analítico e discursivo baseado na memória.

Trabalhar com História Oral remete viver experiências traduzidas no tempo presente-passado reconhecidas e empreendidas por sujeitos que transformam relatos em

fatos e acontecimentos a partir das vivências. O contato com a comunidade foi caloroso. Os integrantes sempre agiram com disposição, presteza, interesse em participar e contar as histórias de forma elucidativa. Sentiu-se, por parte dos entrevistados, motivação e emoção nos relatos com o resgate da memória, uma vez que eles não passaram por uma experiência parecida antes, era algo novo e uma forma de explicar sobre toda a história que viveram. Contudo, a experiência vivenciada pela pesquisadora foi incrível, e os entrevistados desenvolveram fluidamente suas narrativas a partir do relato oral que advém da memória de pessoas que constroem sua própria história.

Proposições teóricas do planejamento de barragem

O planejamento da barragem na Lagoa do Mato, em uma comunidade rural de Paramirim-BA, iniciou entre os anos de 1935 e 1950, desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), ao elaborar os primeiros estudos sobre a viabilidade do projeto. Posteriormente, em 1961, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), hoje denominada Codevasf, recebeu o encargo de elaborar e coordenar a execução de um plano de aproveitamento total das possibilidades do rio São Francisco e seus afluentes, visando à distribuição das águas, à utilização do potencial hidrelétrico e à modernização dos transportes do São Francisco.

Entretanto, somente no ano de 1981, foi dado o parecer final sobre a viabilidade da construção da barragem, constatando que o vale do rio Paramirim apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas, pelas boas características dos solos do ponto de vista pedológico, consolidando a elaboração do projeto de perenização do rio (Codevasf, 2006).

É importante esclarecer que o período de 1980 foi o marco da construção da barragem, quando, precisamente, iniciaram as desapropriações de algumas famílias da Lagoa do Mato. Nesse período, o país ainda se encontrava sob o comando de um governo ditatorial, em que as políticas autoritárias e desenvolvimentistas da ditadura militar consolidaram a seu bel-prazer uma ideologia dominante, visando projetos de modernização do Estado brasileiro, a partir de grandes obras de infraestrutura.

Sistematicamente, o modelo de produção energética, mediante a edificação de grandes barragens e hidrelétricas, foi favorecido no país desde o segundo governo de Getúlio Vargas, no qual foram firmadas políticas, a partir do conceito de “nacional desenvolvimentismo”. Para o pesquisador Bresser-Pereira,

O desenvolvimentismo é uma prática de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia visando promover a industrialização e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Está, umbilicalmente, relacionada com o nacionalismo econômico. É uma ideologia: a ideologia do interesse nacional em um quadro de competição e cooperação internacional. E é uma teoria: a *development economics* ou desenvolvimentismo clássico, formulada entre os anos 1940 e 1960, e, desde a primeira década do século XXI, o novo-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2018, p. 864).

Os interesses da política econômica eram estimuladores do projeto desenvolvimentista no Brasil, implementado, por vezes, por um modelo econômico que objetivava a consolidação do capitalismo, com a defesa da industrialização pesada. Entende-se que “[...] esse modelo vigorou a partir do nacionalismo e das políticas econômicas expansionistas, com a instituição de atores estatais para atuação no mercado interno, através de bancos e empresas públicas” (Fonseca, 2004, p. 233-234).

A verdade é que, impulsionado pela política de desenvolvimento a partir do modelo econômico adotado, além da industrialização, o Estado brasileiro deu ênfase à construção de barragens que tinha ao seu lado as forças do mercado que buscavam constantemente transformar a água em mercadoria. Contudo, o interesse em expandir o progresso e o crescimento econômico sobre os recursos naturais, nesse caso, a apropriação da água pelo capital, gerou um problema de grandes proporções.

No caso em questão, a edificação da barragem do Zabumbão deu-se de acordo com as diretrizes indicadas pela Codevasf, com um projeto de sistema de armazenamento de água que permitiria dar condições de perenização do rio Paramirim, aproximadamente, entre os municípios de Paramirim e de Rio do Pires (Codevasf, 2006). Para tanto, a conjuntura histórico-social, política e econômica em Paramirim trouxe conflitos sociais em desacordo com a construção da barragem Zabumbão, que ocorreu seguindo as deliberações autoritárias por parte do Estado.

Nesse sentido, a dominação é o elemento que mantém o poder concentrado com um grupo, sendo responsável pela organização e controle social do Estado que está no âmago da sociedade capitalista. A luta de classes evidencia as relações sociais e de poder que estão na base da sociedade moderna. Vemos, desse modo, que a sociedade se constitui como um espaço classista e segregacionista, sob o domínio da burguesia e funciona como um todo orgânico integrado, onde a vida social é indissociável das lutas e buscas por direitos.

Para Marx e Engels, o Estado teria surgido, visando

Conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados (Marx; Engels, 2007, p. 193).

Fica claro que o Estado dominante reproduz a lógica da acumulação e da desigualdade, advinda da divisão do trabalho, a qual configura uma sociedade estratificada em classes. De certa forma, conter as desigualdades concebidas pela dominação e pela exploração é uma forma do Estado estabelecer um equilíbrio ou, pelo menos, minimizar as disparidades explicadas nos nexos e contextos dos conflitos históricos das civilizações ocidentais.

Nessa perspectiva é que foram percebidas as intenções por parte do Estado com a construção da barragem, pautada pelo discurso desenvolvimentista para o Vale do Paramirim, com o suposto intuito dos benefícios, do progresso, ocultando, portanto, os danos culturais e sociais em nome da prosperidade econômica. Desse modo, é oportuno questionar: benefícios e progresso para quem? Evidentemente, que não seriam para as 52 (cinquenta e duas) ou 76 (setenta e seis) famílias desabrigadas, algumas lutam por décadas pelo reconhecimento de seus direitos, ao moverem uma ação judicial para cumprimento das obrigações da Codevasf.

Pensar na memória e na história dos atingidos de barragem, como é o caso da Lagoa do Mato, torna oportuno analisar o contexto da desapropriação e entender essa comunidade como sendo um estrato da classe trabalhadora, vítima de um projeto excludente. Logo, busca-se evidenciar os danos velados, sofridos em todos os âmbitos pelos atingidos com a construção da barragem do Zabumbão, ressaltando que esses são irreversíveis, mas, para que sejam minimizados, deve-se, sobretudo, evidenciá-los. Para tanto, é preciso entender o discurso ideológico, sobre o qual Terry Eagleton (2019) expõe que,

O discurso ideológico é apresentado de forma muito clara ao qual afigurou-se como elemento legitimador do discurso de uma classe para a instituição de órgãos de controle de informações e criação de um aparato repressivo por uma classe a fim de dominar a outra. É possível compreender a forma de atuação do Estado na propagação do discurso como uma força transformadora, isto é possível para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio, consentimento e a coerção (Terry Eagleton, 2019, p. 128).

Esse tipo de discurso é o fio condutor do poder que se apropria de uma ideologia e dos discursos gerados para assegurá-la, esses, são utilizados como instrumento de submissão velada das classes marginalizadas e da superioridade da classe dominante.

Para tanto, o fenômeno das relações de poder existentes na sociedade é evidenciado a partir das representações que os indivíduos têm da realidade que se conecta à maneira como eles atuam diante do estado de coisas, e isso, em uma sociedade dividida, significa legitimar ou não certas relações de dominação. Em virtude disso, é preciso expor que, nas considerações de Oliveira (1981), existem elementos que precisam das forças e dos agentes que influenciam a transformação, sendo que essas forças são repletas de interesses próprios.

Neste caso, vê-se que o Estado está ligado ao capital e, como consequência, intensifica os conflitos sociais, assim “[...] não é o planejamento que planeja um sistema capitalista, mas é o capitalismo que sobrepõe os seus interesses e que planeja o planejamento” (Oliveira, 1981, p. 24-25). O autor também entende que o planejamento é sem nenhuma perspectiva de mediação, pois ele marca o caráter de produção e, portanto, as relações sociais carimbadas pelo sistema capitalista, intrínseco à luta de classes.

Entretanto, observa-se que, na comunidade Lagoa do Mato, sobrevivente de movimentos conflituosos relacionados com a água e/ou seu território, tais fatos têm ligação peculiar e têm consequências na destituição de direitos, em função de um poder, nesse caso, do Estado, responsável por todo processo de planejamento e de desapropriação da comunidade no percurso da construção da barragem do Zabumbão.

As construções desses tipos de empreendimentos, mesmo que possam trazer alguns benefícios, causam grandes impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e também na memória dos habitantes do território, especialmente daqueles atingidos e obrigados a se deslocarem. Posto isso, lugar com dimensões geográficas insere-se, portanto, como a escala da totalidade do cotidiano e deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar (Santos, 1996).

É importante fazer referência também que o lugar não está isento das tensões e das disputas. A consequência de um deslocamento traz alterações e efeitos irreversíveis, uma vez que esses lugares também têm novas reconfigurações, alguns se transformam, inclusive, nos aspectos físicos que ficam irreconhecíveis aos olhos humanos. Apenas quem vive a experiência do lugar é capaz de captar os vestígios materiais e simbólicos desse passado reproduzido, bem como as lembranças que foram apagadas pelo tempo e pelas alterações humanas. Com base em Santos,

[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171).

As relações advindas do espaço organizado são também uma forma resultante da interação do espaço social correspondente ao espaço humano, lugar de vida, de trabalho e de moradia e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Ao considerar os vários aspectos abordados aqui sobre a memória, é imprescindível considerá-la nos seus diversos contextos, levando em conta a tônica das experiências que a comunidade da Lagoa do Mato vivenciou em relação aos acontecimentos apresentados pelas forças externas.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz a si mesmo. Ele penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evocação (Halbwachs, 1990, p. 133).

A imagem que a comunidade de Lagoa do Mato possui é reconstruída em consonância com a memória de diversos membros daquele grupo social. Por isso, pode-se falar em memória coletiva somente se evocar um evento que também fez parte da vida coletiva do grupo do qual faz parte. Halbwachs (1990) exemplifica a ideia de grupo como algo que vai se recompondo a partir das referências do dia a dia, da relação com o espaço e com o tempo, para recuperar, desse modo, essas lembranças.

Na compreensão do antropólogo e do historiador, a contraposição ocorre no tratamento dado à memória individual e, sobretudo, ao termo “memória coletiva”, também para evitar a “[...] imagem de um inconsciente coletivo junguiano” (Fentress; Wickham, 1992, p. 8). Entende-se que o ponto de vista mais adequado para essa análise é a abordagem de “[...] memória social pelas lentes dos autores que assumiram uma responsabilidade conjunta de apresentar o tema ocupando-se inevitavelmente, do lado mais público e social” (Fentress; Wickham, 1992, p. 8).

Para tanto, é necessário que se admita a memória entrelaçada no tecido social que contempla a discussão sociocognitiva, subjetiva, como um conjunto de sentimentos, de pensamentos e de lembranças compartilhadas pelos grupos como um fenômeno que se descortina nas tradições orais, e, ainda, pelas informações que carregam como uma abordagem ampla da sociedade. Ao referirem-se às vinculações e às relações entre as duas dimensões da memória, individual e coletiva, os indivíduos recordam as dimensões

cognitivas, mas concordam que o papel essencial da memória é também representado pelo social, pois essas relações constroem as suas próprias imagens do mundo, estabelecendo uma versão acordada do passado que se estabelece graças à comunicação, não por via das recordações pessoais (Fentress; Wickham, 1992, Halbwachs 1990). Na verdade, a noção de memória é a representação de episódios que acontecem na vida de um grupo ancorado na memória coletiva. O indivíduo, na sua formação pessoal e intelectual, faz-se a partir das interações e dos interesses que se definem de acordo com a dinâmica de algum grupo social: familiar, escolar, profissional, entre outros.

Relato oral: da História à memória da Lagoa do Mato

Para tratar da história da Lagoa do Mato, é necessário contextualizar os fatos marcados pelas impressões de várias classes sociais associadas à própria formação dos grupos ao longo da história e das relações que desenvolviam na comunidade pelas diferentes classes sociais organizadas em três categorias: proprietários; não proprietários; e aqueles que não se identificavam nem como proprietário e nem como meeiros. Essas classes sociais na Lagoa do Mato apresentavam interesses diversos e lutavam pelos mesmos fins: o direito de permanecer no território.

O processo que deu origem do povoamento das terras em Paramirim- Ba ocorreu por consequência do deslocamento dos portugueses, os quais se estabeleceram em função da exploração do ouro em Rio de Contas. Com o declínio, esses povos desceram pelas margens do rio Paramirim e começaram a desenvolver atividades de agricultura e pecuária. Essas atividades permitiram a aquisição de prioridades que foram divididas e transferidas de donos que também originaram dos núcleos formadores de famílias que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para as sucessões das terras da região.

Esse processo explica os fatos sobre a colonização e o povoamento da Lagoa do Mato. Um ex-morador relatou que o processo se deu pelos patriarcas Zé Calotes, José de Ambrósio e Macaro Pereira da Silva, sendo estes os primeiros a chegarem àquela região. A partir da memória local da comunidade, um informante recordou: "[...] meu pai, que era garimpeiro, veio de Jequié explorar as terras, o nome dele é Macaro Pereira da Silva, casou com minha mãe e ficou morando na Lagoa do Mato" (J. P. S., 2021).

Diante do exposto, compreende-se que a ocupação desse espaço foi marcada pela presença de pessoas que mantinham expectativas, sonhos e desejos de construir uma vida melhor. Segundo o entrevistado, “[...] os outros povoamentos se deram também pela

aglomeração de trabalhadores que vinham trabalhar nas fazendas, sendo eles: Sr Abílio, Zé Goiano, Zé Pereira que foram os primeiros moradores” (J. T. A., 2021).

Com base nas informações colhidas através das entrevistas, a Lagoa do Mato e as comunidades de Pau da Bateia, Volta do Rio, Terra Branca, Monte Alegre, Rabudo, Engenho Grande, Pé da Serra e Lagoa do Mato, no momento da construção da barragem, eram habitadas por 76 (setenta e seis) famílias que trabalhavam e residiam na área, sendo obrigadas a desocupar aquela região, abandonando anos de história. Entretanto, nos dados da Codevasf, de 2006, divulgados nos relatórios, o quantitativo era de 52 (cinquenta e duas) famílias, sendo 16 (dezesesseis) meeiros e 36 (trinta e seis) pequenos proprietários, divergindo, assim, dos números fornecidos pelos ex-moradores.

A comunidade de Lagoa do Mato era a mais desenvolvida entre os demais povoados citados, haja vista possuir igreja, escola e campo de futebol comunitário. O acesso à sede do município, nesse caso, Paramirim, era extremamente difícil, pois o rio cortava as estradas de alguns povoados e quando da ocorrência “das cheias”, a travessia era realizada com dificuldades por trilhas, realidade alterada somente após a construção da ponte. Assim, é percebido nos relatos que a vida social daquela comunidade e a recordação que seus moradores compartilham é de que,

Era bom... a gente morava na roça, a gente plantava de tudo... plantava cana, nós tocávamos a roça com Armandinho, dono da fazenda; nós plantávamos cana, moia, destilava pinga, plantava arroz e carregava aquele feijão nas costas (M. L. A. 2021).

Nota-se que as várias atividades desenvolvidas, a exemplo da agricultura, da pecuária, da moagem em engenho e da pesca, de forma mais abrangente, a agricultura de subsistência, eram as principais formas de obtenção dos alimentos pela comunidade. Destacava-se o cultivo de hortas, com incidência das culturas de feijão, de arroz, de algodão, de mandioca, de milho, de cana de açúcar e de batata. Além disso, a comunidade esteve sempre ligada às tradições locais, como missas e festejos juninos.

O espírito comunitário e as relações de solidariedade entre as comunidades sempre estiveram presentes no cotidiano de seus moradores, especialmente por desenvolverem atividades coletivas em prol da comunidade, como narrou uma das entrevistadas, “Nós fizemos a igreja, ficou uma beleza. Nós fizemos o correto. [...] era tudo pertinho. A luz acesa de óleo iluminava os meninos. Fizemos a igreja, não era igual essa de hoje, não!” (M. L. A. 2021).

As memórias dos deslocados revelam a essência de um senso coletivo, associado à partilha de sentimentos de pertencimento, e esse vínculo com o espaço, com a

sociabilidade empreendida e com a cultura local subsidia a recordação de processos de mobilização social para o bem comum no qual as pessoas se unem para compartilhar interesses comuns que fortalecem a identidade de um grupo.

Para tanto, a vida na Lagoa do Mato inspirou a reconstrução da memória coletiva/social como um fenômeno experienciado pelas histórias de vida em sociedade, como bem explicitou a fala de uma ex-moradora da localidade ao ser questionada sobre a vida que leva. “[...] Vou te falar... Eita lugarzinho que deixou saudade! Lá tinha uns 70 moradores, [...] Tudo ali era a coisa mais linda... mais linda! Lá era gostoso, não tinha confusão, não tinha briga, todos unidos” (M. L. A. 2021).

Os ribeirinhos sofreram um processo de significativas transformações no cotidiano, de forma individual e também coletiva. O sentimento de uma vida em um lugar com boas condições para estabelecer as relações materiais e afetivas foi interrompido por interesses diversos ao da comunidade. Afirmar-se, portanto, que a memória de um grupo reflete a realidade de homens e de mulheres do território onde vivem e de suas origens, recuperadas no cotidiano, através da partilha e das histórias dos acontecimentos que marcam a memória coletiva/social. Contudo, a comunidade foi impactada pela transformação do lugar, nesse caso, houve um evento intencional que foi o projeto da construção da barragem que ocasionou vários impactos, principalmente, na história e na memória dos moradores.

Discussão e reflexões: o dilema da desapropriação

Como resultado, o projeto da barragem do Zabumbão transformou o cotidiano de, aproximadamente, oito comunidades rurais. Toda a trajetória que se deu desde os primeiros estudos topográficos até o deslocamento dos atingidos aponta para a inferência, o domínio e a imposição do Estado capitalista sobre a classe trabalhadora que esteve presente em vários momentos daquela comunidade. Nessa fase, os moradores ainda viviam no meio rural, desenvolvendo pequenas lavouras e criações de animais, tendo acesso à pesca de subsistência, o que garantia a alimentação e a comercialização do excedente da agricultura familiar.

No entender dos interesses econômicos, o projeto da barragem do Zabumbão pleiteava uma usina hidrelétrica. Nota-se, portanto, que a área foi considerada como “[...] reconhecida possibilidades de aproveitamento do rio Paramirim para fins hidrelétricos, contudo o que mais impressionou, favoravelmente, foi a existência de uma área extensa, porém considerada primitiva, por inexistir sistema de irrigação” (Codevasf, 1960, p. 33).

De acordo com relatório emitido pela empresa, a perenização do rio, nesse trecho, daria condições de irrigação durante todo o ano, e, portanto, de permanência da população ribeirinha em Paramirim (Codevasf, 2006).

Equivale dizer que a comunidade foi obrigada a desvincular-se de uma vida marcada pela tradição e pelas relações que lá mantinha enraizadas. As experiências dos conflitos sociais e dos eventos que ocorreram no período das negociações, das resistências, das mobilizações, das indenizações entre outras questões serão apresentadas pelas entrevistas obtidas no trabalho de campo. Assim relata um técnico do órgão,

Eu cheguei aqui em 1978 trabalhando na EMATER-BA um órgão de extensão do Estado. Eu conhecia Lagoa do Mato quando a gente fazia uns projetos de agricultura lá. Era uma comunidade organizada, todos moravam lá. Mas tinham em mente que um dia teria que sair de lá por causa da construção dessa barragem [...] no decorrer do tempo eles tinham sempre em mente que um dia ia ter que sair porque essa história da barragem do Zabumbão foi desde 1935 segundo um dos mais velhos aqui, aí com o desenrolar do tempo em 1980 para 1982 começou os trabalhos da barragem (A. H. B. A., 2021).

A construção da barragem Zabumbão trouxe aos moradores da Lagoa do Mato uma situação recorrente a todos os deslocados: o fato de não ter um lugar para onde ir; o abandono de seus pertences, tanto materiais como simbólicos; entre outros. Nesse sentido, a memória social de um passado compartilhado pelo coletivo deve ser considerada, também, enquanto símbolo revelador de práticas cotidianas e populares do entrelaçamento de vivências coletivas, recordação de uma memória em processo de transformação.

Esse projeto foi desenvolvido com um discurso sobre a precariedade da região, sobre as narrativas e a divulgação de documentos oficiais, os quais são subscritos na fala de um técnico responsável pelos estudos da área, como pode ser observado a seguir,

Pouquíssimos os produtores que vivem uma vida melhor e produzem o suficiente para suprir outros mercados. Pode-se afirmar que na área em exame não há indústria; no máximo, por meios rudimentares, a fabricação de rapadura e farinha (Codevasf, 2006, p. 07).

Notadamente, nas entrelinhas do discurso é descrita uma área com características e potencial de pouco crescimento, pois não tinha indústria, aspecto marcante da política econômica, fruto da ideologia nacional-desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a única solução seria o convencimento do progresso pautado também na construção de barragens em todo o país. Por consequência da localização, o projeto era aplicável à comunidade da Lagoa do Mato, assim como o contexto relatado pelos técnicos, que estudavam a área, indicava atraso, pois era um lugar sem condições de perpetuar o capital.

Em paralelo, para a população existente naquela região, o seu desenvolvimento era satisfatório, suas ações de subsistência demonstravam um estilo de vida agradável, fácil e acessível para aqueles moradores, visto que eram providos de recursos naturais para suas práticas laborais, condições ofertadas pelos fatores geográficos. Sendo assim, mudar o cotidiano das famílias e seus modelos econômicos afetaria a cultura que estava sendo construída por elas.

A promessa de desenvolvimento equitativo já circulava há décadas, como noticiada em uma reportagem no jornal *Voz Operária*, do Rio de Janeiro. A matéria, publicada no jornal carioca, no dia 13 abril de 1957, de título “Paramirim município rico e esquecido” chamava atenção para a situação do município, “[...] sobre a solução das terras seria a viabilização e realização do projeto da barragem o qual iria fomentar a agricultura sendo prioritário para a melhoria da população” (Matheus, 1957, *Jornal Voz Operária*, p. 11).

Entretanto, havia divergências quanto à construção da barragem, de um lado, representantes do governo e proprietários de fazendas; do outro, moradores da comunidade, meeiros, parceiros, agricultores de sobrevivência. Muito se dizia sobre as condições da região, contrapondo-se ao discurso governamental representado na pessoa de um técnico responsável pelos estudos da área, o qual está subscrito no relatório. Na visão de um dos moradores, o espaço em que eles viviam, nesse caso, a comunidade, oferecia as condições de sobrevivência e existência necessárias, como pode ser averiguado na fala que segue

As famílias eram pessoas bem-sucedidas, tinham um bom terreno com fruteiras de várias espécies, engenho, canavial, fábrica de rapadura o ano todo. Tinha três simples casas de moradia na propriedade e hoje mora de favor. Essas pessoas cederam à indenização e assinaram e a Codevasf não cumpriu com o prazo e a morada desvalorizou (A. S. A., 2021).

Com a desapropriação das famílias, ocorreram várias alterações sobre o modo de vida da comunidade, gerando conflitos e resistências por vários motivos, entre eles o deslocamento, as negociações, o baixo valor das propriedades, enfim, as questões conflituosas que também fizeram parte da história da construção da barragem no município de Paramirim.

Em entrevista, um dos moradores relata que

A Codevasf chegou ameaçando, intimidando a gente porque se a gente não negociasse, eles desapropriam pelo mínimo que podia ser do governo, então, muita gente avexou logo vendeu as coisas barato igual um tio meu vendeu e não dava para compra nada eu também agoniado

com medo dos problemas que teve eu vendi o que eu tinha lá para comprar uma geladeira com a Codevasf ameaçando. Os outros pegou foram fazendo greve... greve confusão (J. T. A., 2021).

Na fala do entrevistado, fica perceptível que houve ameaça, coação e medo, revelou também um reflexo condicionante do sistema capitalista. A intimidação sofrida fez com que os moradores agissem precipitadamente e vendessem o que tinham de forma desvalorizada. É verdade que os objetivos não são do Estado, mas sim da classe dominante, o estado só representa seus interesses para perpetuar a dominação e o controle sobre a classe trabalhadora.

Dessa forma, as contradições ficam evidentes quando analisadas sob uma óptica das relações entre memória e história, como consta na seguinte entrevista, cedida por um superintendente da Codevasf.

Quando eu cheguei à barragem, já estava pronta, porém ela tinha uma expectativa frustrada. Esperava-se que ela tivesse uma capacidade de alguns milhões de metros cúbicos de água e ela só tinha a metade. A vazão da barragem era a metade do que se tinha projetado, estava aquém dos objetivos que se tinha pensado para a função que ela ia cumprir. Ainda tinha um outro problema com a negociação das famílias que estavam no entorno. Essa negociação implicava em um hectare de terra a cada uma das famílias e uma indenização. Esse hectare de terra lá perto do aeroporto de Paramirim com área inóspita completamente onde se chama Sertão de carrasco caatinga brava. Uma área de pedregulhos destinada a essas famílias e um tanto inservível, não tinha como ser utilizada. Eu sabia que estava paralisada a lei, estática, sem poder cumprir suas funções agrícolas, porque a barragem interrompeu completamente aquelas atividades. Serviu-se daquela área e ao mesmo tempo não realizou a indenização. E foi engraçado que a primeira vez que eu cheguei aí em Paramirim fui para uma reunião, quando eu saí tinham 14 cruces do lado de fora organizadas com carro de som. As 14 Cruces que significavam as pessoas que já haviam morrido sem a indenização. Mas, enfim, a agressividade era grande em função da indenização que não havia sido paga e o engodo que foi a negociação com os moradores que perderam as suas áreas e receberam em troca um carrasco inservível, além de muito longe da cidade. Ninguém ia trabalhar naquela área, uma área contígua completamente inóspita (J.P.O.N., 2021).

J.P.O.N (2021) apresenta em sua narrativa que, ao assumir a superintendência e fazer uma reunião com a comunidade para retomar as questões referentes ao Zabumbão, foi criado um momento tenso em função da mobilização dos ex-moradores que colocaram 14 (quatorze) cruces, fazendo memória às pessoas que já haviam morrido esperando indenizações.

A questão tratada, sem dúvida, é muito triste, talvez os idosos foram os mais afetados. Nesse relato encontram-se fortes argumentos de como a comunidade foi massacrada, chegando no ápice da crueldade em função dos interesses do órgão da

Codevasf. Não se sabe, ao certo, os motivos das 14 (quatorze) mortes, mas o fato é que em vida esses moradores foram submetidos à violência psicológica e à incerteza da indenização e da realocação, entre outras.

O informante ainda descreve com detalhes sobre a negociação com as 52 (cinquenta e duas) famílias que, ao agilizar os processos referentes aos pagamentos das indenizações que estavam pendentes, perceberam que havia situações que traziam um descrédito da comunidade em relação ao reassentamento, como por exemplo, a falácia de um terreno próximo ao aeroporto de Paramirim com características de um carrasco seco. Evidentemente, a Codevasf comprometeu-se em fazer um projeto de desenvolvimento que foi frustrado por questões óbvias, isto é, o solo não oferecia nenhuma condição, essa era uma promessa que os deslocados sabiam que não consumaria devido às impossibilidades da área.

Percebe-se que existem várias situações embaraçosas, pois o órgão não apresentava um plano concreto para atender à comunidade, até mesmo na condução das negociações houve desrespeito; a terra é um elemento crucial, formado pelas relações de trabalho e do modo de vida.

Outra questão polêmica apresentada pelo informante J.P.O.N (2021) foi com relação à execução da barragem. Na visão dele, o projeto apresentou problemas evidentes, principalmente no que se refere à capacidade de armazenamento de água da barragem que ainda está aquém dos objetivos da funcionalidade. Ainda hoje, esses contratempos persistem, visto que a capacidade de reservação é de apenas 50%, uma questão sem solução aparente, porque apenas a nascente do rio Paramirim é o principal meio de escoamento da água que abastece e alimenta a barragem, uma vez que a jusante da barragem tem cinco represas de regulação de fluxo que não funcionam. A água é toda desviada, corre por inundação e não chega à Caturama.

No que concerne ao ressarcimento financeiro, de acordo com a Codevasf (2006), as famílias foram indenizadas com o valor médio de R\$12.000,00 (doze mil reais). Um fato que chama a atenção nessa informação é que a barragem entrou em operação em 1998 e só em 2006 as indenizações foram realizadas. Ao desenrolar dos fatos, muitas informações cercam a trajetória sobre os acertos, entre elas: desvalorização das propriedades; atraso no cumprimento dos acordos; e valores abaixo da estimativa dos benefícios.

Segundo entrevistas, consta que o Estado foi moroso em cumprir os compromissos assumidos, e, além disso, nem todos os moradores foram indenizados, sobretudo, por não possuírem a comprovação da posse da terra. Como informa o entrevistado,

A comunidade não aceitou, porque o valor continuava muito baixo. As terras sem benefícios, mesmo sendo de irrigação, para a Codevasf, não tinha valor. As que tinham benefícios mesmo sendo de irrigação com cerca de pedra, canal de irrigação, casas fruteiras, os valores ainda eram baixos e *essa hectares de terra incluindo na indenização era inviável*. Porque não encontravam valores altos. Prometeram comprar terras de seco e sem irrigar, mas nos sabíamos que eram impossíveis porque a barragem iria ser para abastecimento de água e não para irrigar (A.S.A., 2021, grifo nosso).

Uma questão fundamental para compreender os fatos sobre o reassentamento pode ser conferida nos relatos dos informantes J.P.O.N (2021) e A.S.A (2021). A promessa inicial de terra para as famílias era inviável pelas condições de localização e de irrigação, a comunidade já sabia das reais intenções do órgão e das manobras usadas para convencer a comunidade. Vê-se, assim, que a desapropriação imposta pelo Estado aconteceu de forma turbulenta, a comunidade permaneceu na área por alguns anos, mesmo com as idas e vindas da construção. Esse período confirma, em parte, que a resistência foi um elemento permanente durante o percurso das obras. A construção parou por diversas vezes, ora por falta de recurso, ora por força das mobilizações da comunidade, porque o governo não havia cumprido com o combinado.

Logo, a relação com a comunidade não foi pacífica, e a reação dos moradores retrata a forma como ocorreram esses conflitos. Sendo assim,

Toda a situação da população atingida resultante do não cumprimento das promessas governamentais motivou o protesto organizado das famílias atingidas, configurando-se um processo de mobilização. O sossego já não existia e quando a obra começou a coisa piorou cada vez mais. Você estava almoçando e era obrigado a deixar o prato por causa dos estrondos das dinamites quebrando as pedras. Mas a comunidade não desistia continuou lutando em luta pelos direitos, até protestos na rodovia, no campo de trabalho, no alojamento da firma sempre com o apoio de alguns órgãos competentes e advogados para paralisar a obra até resolver a situação da comunidade. Conseguimos a paralisação porque nossa força foi maior (A.S.A., 2021).

Nota-se, portanto, que os obstáculos com relação à construção da barragem também eram desafios que apareciam vinculados ao temor das indenizações, o que intensificava as manifestações como uma forma de expressão coletiva e também um exercício de democracia, pois cria um espaço público de discussão, visto que a comunidade também dava visibilidade ao problema. O informante argumenta que,

Aí nós tivemos que parar o canteiro de obras todinho através de conflito madeira na estrada quebrando o canteiro de obra foi tudo programado. A Lagoa do Mato vinha todo mundo pelo fato de ser o Sindicato Municipal outras comunidades se ofereceram para serem

solidários não vou deixar vocês ficarem sós não aí arrumar vamos o movimento (A.H.BA., 2021).

Houve várias idas e vindas nesse processo de andamento das obras, algumas provocadas pela ação da comunidade que reagiu de forma não pacífica em alguns momentos, forçando a paralisação das obras por períodos e até mesmo por tempo indeterminado, intensificando as cobranças e as lutas. Esse processo causava angústia e instabilidade na comunidade.

[...] até protestos na rodovia, no campo de trabalho, no alojamento da firma sempre com o apoio de alguns órgãos competentes e advogados para paralisar a obra até resolver a situação da comunidade. Conseguimos a paralisação porque nossa força foi maior (A.S.A., 2021).

Segundo relatório da auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, houve diversas paralisações pontuais que compreenderam o período de 1989 a 1992. Conforme consta no documento, os problemas foram de ordem financeira³. Os informantes afirmam que as paralisações ocorriam também em função das pressões da comunidade, as obras, então eram interrompidas por dias. Um fato importante a mencionar são as ações promovidas por meio da Associação São Vicente de Paula, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, figura 01, com o objetivo de reunir e mobilizar para acelerar e destravar o impasse entre o órgão e a comunidade.

Figura 01: Telegrama Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, 1987.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		TELEGRAMA	
NÚMERO DE EXPEDIÇÃO	CARIMBO DA ESTAÇÃO	Sindicato Trabalhadores	
Recebido De		Paramirim-Ba	
às _____ horas			
por _____			
PREÂMBULO	Salgado nº 1684-27-14 ATT José Ramos Souza Sobrinho Confirmamos reunião aqui em terra com area localizada Baixa Hidráulica Barragem Zabumbão próximo dia 29/10 às 9 horas Eduardo Basto Codevasf.		
TEXTO E ASSINATURA			

Fonte: Arquivo pessoal do memorialista Domingos Belarmino da Silva, 1987.

Na figura 01, o telegrama apresentado refere-se a uma reunião da comunidade com um representante da Codevasf. Segundo informantes, as reuniões tinham pautas bem definidas e desenvolvidas conforme as urgências e as demandas. Alguns grupos integravam essa luta como interlocutores da comunidade, no sentido de fortalecer as

reivindicações, estabelecer o diálogo e como forma de pressionar a Codevasf pelos acordos não cumpridos, são eles: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), as Federações de Trabalhadores na agricultura (FETAG), a liderança religiosa local e outros representantes da sociedade civil.

O objetivo era ajudar a comunidade a se defender de forma organizada, reivindicando e mobilizando. A Associação São Vicente de Paula tinha característica jurídica que representava os trabalhadores ribeirinhos e camponeses em defesa da terra. No início, a luta era solitária, cada um lutava pelos seus direitos, mas com a formação da associação entenderam a importância da luta do grupo por meio da associação e por meio dos canais legais e do sindicato dos trabalhadores. Todos os processos vivenciados pela comunidade em relação à postura da Codevasf trouxeram aprendizagens, compreensão de que as ameaças se resolvem com luta, que cabe aos ameaçados articular-se, juntar-se para serem mais fortes. Essa memória de luta na verdade é dos muitos momentos no coletivo, afinal, foi através da ação coletiva que a luta teve força e que os direitos foram reivindicados.

A comunidade tinha razão em se proteger, pois em todo Brasil existia um movimento orquestrado de obras de grandes magnitudes, inclusive de barragens. Em contrapartida, as informações não eram favoráveis aos projetos. Segundo o discurso de um dos técnicos, os motivos de desconfiança da comunidade advinha da experiência de outros municípios com problemas referentes aos valores das indenizações:

Durante a entrevista, encontrou-se uma série de obstáculos, não só os próprios e oriundos de uma pesquisa dessa espécie, assim como os decorrentes dos boatos espalhados entre os proprietários, sobre a tomada de suas terras por parte do Governo. Histórias sobre o açude construído no vizinho Município de Livramento de Brumado, com indenizações baixíssimas, reforçaram o temor daqueles proprietários. As explicações dadas, acerca dos benefícios que advirão ao Vale com a perenização do Rio Paramirim, esmaeceram as resistências oferecidas à pesquisa (Codevasf, 1981, p. 03-04).

Constata-se que a insegurança da comunidade tinha fundamento. No tocante às experiências das famílias desapropriadas da Lagoa do Mato, não foram garantidas a elas a justa indenização. Esse fato motivou conflitos sociais que, devido às circunstâncias, levaram a comunidade a reagir de forma turbulenta e, como desdobramentos, os atingidos tiveram consequências nas relações econômicas, em suas relações de trabalho e na própria organização comunitária.

O estudo apresenta evidências de memórias do conflito levando em consideração que as diversas classes sociais que lutavam por seus interesses queriam a permanência na

terra, enquanto, no caso do órgão da Codevasf, do Governo Federal, Estadual e grandes proprietários buscavam a concretização do projeto como prerrogativa do desenvolvimento. Há um fato indiscutível nesse processo de lutas que se constitui nas relações sociais e no contexto material como um elemento que vai se integrando como um processo contínuo de reformulação e reconstrução da memória social composta por diferentes versões do passado, fundamentadas nas vivências dos indivíduos ou grupos ao longo de sua existência, configurando o próprio movimento das relações de classe.

Considerações finais

A imposição operada pela Codevasf para a desapropriação gerou insegurança nos moradores da Lagoa do Mato, intensificou os conflitos, em função das tentativas frustradas de negociação. De forma geral, esses grupos sociais foram historicamente excluídos, subjugados pelo poder do órgão que ainda prevalece com os efeitos mercadológicos, fundamentado pela lógica do capital. Levando em conta a história e a memória coletiva/social da Lagoa do Mato, há claras evidências das transformações determinantes no modo de vida dos grupos. Isso, de fato, foi verificado nos relatos dos entrevistados, com alterações materiais e simbólicas.

A intenção foi aprofundar o debate sobre a temática; buscou-se compreender como se estruturam os sentidos da história de grupos, de comunidades e/ou de populações e quais as implicações no campo da pesquisa sobre a desapropriação do território. Por conseguinte, esse é um ponto que deveria ser estudado em pesquisas posteriores, pois são recorrentes os problemas causados. As políticas públicas que são criadas para garantir direito não são eficazes para atender à complexidade e à singularidade de determinados grupos com especificidades. Sendo assim, há um gargalo operante sobre os efeitos nas histórias de vida de desapropriados por barragem que precisa ser discutido amplamente: o silenciamento dos grupos que tiveram sua história e sua memória coletiva/social ocultadas e, conseqüentemente, seus direitos de participação cidadã no lugar escolhido.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v. 27, p. 853-874, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/bCNpGgxbbsv6jbDfysW54vk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de Fev. de 2022.

CODEVASF – Companhia De Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. *Possibilidades de aproveitamento do rio Paramirim nos locais de Balaios e Água Quente, no Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Hidroservice, 1960.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. *Pagamento de Indenização*. 23 de Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/pagamento-de-indenizacao/?searchterm=barragem%20do%20zabumb%C3%A3o>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas*. Tradução: prefácio e notas de Marcelo Backes Organização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATHEUS, Arlindo. Paramirim um Município Rico e Esquecido. *Jornal Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 1957. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512_1957_00410.pdf. Acesso em: 18 de Ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹Número do Parecer: 4.755.363 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE 46863621.30000.0055.

² Utilizou-se Smartphone Samsung Galaxy S20. Fe 128GB 4G Wi-Fi Tela 6.5" Dual Chip 6GB RAM Câmera Tripla + Selfie 32MP - Cloud Lavender. Optou-se por esse aparelho pela praticidade e funcionalidades - Áudio/câmera, uma vez que ele oferece recursos diversos.

³ Relatório pertinente à Auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, obra a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Lê-se no relatório: A construção da barragem do Zabumbão foi iniciada em 1989 e sofreu paralisação entre este ano e 1992, quando as obras adquiriram ritmo contínuo. - Motivo da paralisação: - conforme pode-se constatar, as paralisações deveram-se à falta

de regularidade na liberação dos recursos associada à ocorrência de uma falha geológica não detectada nos estudos geotécnicos que exigiu serviços complementares. Disponível em: Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento. Acesso em: 04 de Maio 2024.

O processo de identificação das entrevistas deu-se com as iniciais do nome dos informantes e o ano em que ocorreu a entrevista. Assim, respeitou-se a decisão dos depoentes e seu anonimato.

Artigo recebido em 11/11/2023

Aceito para publicação em 22/05/2024